



Funded by  
the European Union

**Erasmus+**  
Enriching lives, opening minds.

Roma Influencers  
Network

ROMA INFLUENCERS NETWORK/2024-1-EL01-KA220-ADU-000247507



[www.romainfluencersnetwork.eu](http://www.romainfluencersnetwork.eu)



[romainfluencersnetwork@gmail.com](mailto:romainfluencersnetwork@gmail.com)



[Roma Influencers Network](#)



## Projeto: “Roma Influencers breaking the circle of early marriages and early motherhood in Roma communities”

### Recomendações políticas - Work Package 3 Atividade 3.4

Maio, 2026

O conteúdo do projeto reflete apenas as opiniões das autoras. O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui uma aprovação do conteúdo, que reflete apenas as opiniões das autoras e a Comissão, a Agência Nacional Helénica ou as Agências Nacionais de outros países participantes no projeto não podem ser responsabilizadas por qualquer utilização que possa ser feita da informação nela contida.

## Índice

|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| Contexto do Projeto.....                              | 3  |
| 1. Sumário executivo .....                            | 4  |
| 2. Definição do problema.....                         | 5  |
| 3. Análise comparativa dos principais resultados..... | 7  |
| 4. Recomendações políticas.....                       | 9  |
| 5. Conclusões .....                                   | 13 |
| Bibliografia.....                                     | 14 |

## Contexto do Projeto

Esta síntese foi preparada no âmbito do projeto Erasmus+ “Roma Influencers – Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities”. Baseia-se nos relatórios nacionais de recomendações políticas produzidos pelos parceiros do projeto na Grécia, Irlanda, Roménia e Portugal, seguindo as orientações metodológicas estabelecidas para o Work Package 3, Atividade 3.4.

O documento identifica os principais resultados comuns, desafios estruturais e prioridades políticas emergentes nos quatro contextos nacionais, destacando simultaneamente abordagens e recomendações específicas de cada país. Adota uma perspetiva baseada nos direitos humanos, interseccional e centrada na participação da comunidade, em alinhamento com os quadros europeus sobre inclusão das comunidades ciganas, direitos das crianças, igualdade de género e combate à discriminação.

# 1. Sumário executivo

Os casamentos precoces e a maternidade precoce continuam a afetar, em vários países europeus, raparigas e jovens mulheres das comunidades ciganas, entre outras de outros grupos também eles social e economicamente vulneráveis. Os relatórios nacionais da Grécia, Irlanda, Roménia e Portugal demonstram que estes fenómenos não podem ser compreendidos apenas através de uma perspetiva cultural. Pelo contrário, estão profundamente ligados a desigualdades estruturais, incluindo pobreza, exclusão social, desvantagem educativa, desigualdade de género, discriminação, precariedade habitacional e acesso limitado aos cuidados de saúde e aos serviços públicos.

Olhando especificamente para as comunidades ciganas nos países parceiros, os relatórios produzidos no âmbito do projeto *Roma Influencers* identificam, nos quatro países, uma forte relação entre casamento precoce, abandono escolar e maternidade precoce. Tal como acontecia frequentemente em muitas sociedades ocidentais no passado, as raparigas ciganas podem ainda enfrentar expectativas sociais associadas aos papéis tradicionais de género, à honra familiar e à maternidade como marcador de identidade adulta. Ao mesmo tempo, muitas das mulheres entrevistadas durante a investigação, realizada no âmbito do projeto, demonstraram consciência das consequências negativas associadas ao casamento precoce e à maternidade precoce, incluindo interrupção da escolaridade, redução das oportunidades de emprego, dependência económica, desafios ao nível da saúde mental e autonomia limitada.

Embora os quatro países apresentem diferenças ao nível dos enquadramentos legais, das capacidades institucionais e dos modelos de implementação das políticas, emergem propostas para várias estratégias comuns. A participação comunitária, a liderança das mulheres ciganas e as intervenções culturalmente sensíveis são, assim, consideradas componentes essenciais de respostas políticas eficazes.

Outra importante conclusão é que o progresso sustentável exige políticas públicas coordenadas, de longo prazo e baseadas nos direitos humanos, desenvolvidas em parceria com as próprias comunidades ciganas. As respostas eficazes devem combinar proteção legal com medidas de inclusão social, oportunidades educativas, serviços de saúde e a participação ativa de mulheres e raparigas ciganas.

## 2. Definição do problema

Os casamentos infantis, precoces e forçados, bem como a maternidade precoce, são internacionalmente reconhecidos como práticas que podem comprometer os direitos das crianças, a igualdade de género, a participação educativa e a inclusão social. Organizações internacionais como a UNICEF, o Conselho da Europa e a União Europeia têm destacado de forma consistente os impactos negativos destes fenómenos na saúde, autonomia e oportunidades de vida das raparigas.

Os relatórios nacionais produzidos no âmbito do projeto *Roma Influencers* demonstram que o casamento precoce e a maternidade precoce continuam presentes em algumas comunidades ciganas na Grécia, Irlanda, Roménia e Portugal. No entanto, os relatórios também deixam claro que estes fenómenos não devem ser interpretados como características inerentes ou homogéneas da cultura cigana.

Os relatórios destacam de forma consistente a natureza interseccional do problema. As raparigas ciganas encontram-se frequentemente na interseção entre discriminação étnica, desigualdade de género e vulnerabilidade socioeconómica.

Um resultado recorrente nos quatro países é, como já foi enfatizado, a forte ligação entre casamento precoce e abandono escolar. Os relatórios destacam igualmente importantes dimensões relacionadas com a saúde. Embora existam algumas diferenças entre países, as jovens mães enfrentam, em geral, barreiras no acesso aos serviços de saúde, à informação sobre saúde reprodutiva, aos cuidados pré-natais e ao apoio em saúde mental.

Os enquadramentos legais diferem entre os países. A lei proíbe claramente o casamento infantil sem exceções em Portugal (Lei n.º 39/2025) e na Irlanda (Civil Registration Act 2014). Porém, na Grécia e na Roménia, a idade mínima legal para o casamento é de 18 anos, mas persistem exceções em determinadas circunstâncias. Apesar das restrições legais, os relatórios mostram que as uniões informais continuam a ocorrer em fases muito precoces da vida. Tal revela importantes discrepâncias entre a legislação e as realidades sociais, reforçando a necessidade de abordagens preventivas, comunitárias e multidimensionais.

Ao mesmo tempo, a investigação identifica sinais de mudança social. As mulheres ciganas mais jovens enfatizam cada vez mais a importância da educação, do adiamento

da maternidade, das oportunidades profissionais e da autonomia pessoal. Muitas participantes manifestaram o desejo de ter maior acesso à informação, apoio e oportunidades.

Muitas delas expressaram também o desejo de viver a sua infância sem as pressões associadas ao casamento e à maternidade, nem o peso das responsabilidades associadas a estas experiências.:

“Eu tinha medo de não conseguir desempenhar o papel de mulher dentro de casa. Não estava preparada para casar.” (Mulher cigana romena, 24 anos, Roménia).

“Nunca pensei que fosse assim, que fosse tão exigente. Estava sempre cansada e com medo de não saber o que fazer.” (Mulher cigana portuguesa, 24 anos, Portugal).

“As raparigas ainda são crianças. Não devem casar.” (Mulher cigana grega, 32 anos, Grécia).

“Continuem a estudar para que, quando tiverem filhos, estejam preparadas para lhes proporcionar uma boa educação e melhores oportunidades.” (Mulher cigana a viver na Irlanda, 26 anos).

### 3. Análise comparativa dos principais resultados

Um dos resultados comuns mais significativos nos quatro relatórios é o reconhecimento de que o casamento precoce e a maternidade precoce estão estreitamente ligados a desigualdades estruturais, e não apenas a práticas culturais.

O relatório da Grécia enfatiza que o casamento precoce está inserido em contextos mais amplos de pobreza intergeracional, exclusão social e desigualdade de género. De forma semelhante, o relatório da Roménia destaca o papel da pobreza, da discriminação, das más condições habitacionais e do acesso limitado à educação e aos cuidados de saúde. Portugal alerta explicitamente para o risco de interpretar o casamento precoce como uma característica cultural homogénea das comunidades ciganas, enquanto o relatório da Irlanda sublinha o papel da exclusão social, das condições de vida precárias e das barreiras no acesso aos serviços.

Todos os relatórios defendem abordagens não estigmatizantes que reconheçam a diversidade das comunidades ciganas e a importância de abordar determinantes sociais mais amplos.

A educação surge como um dos temas centrais nos quatro países.

Os relatórios identificam de forma consistente o abandono escolar como simultaneamente causa e consequência do casamento precoce e da maternidade precoce. As raparigas abandonam frequentemente a escola devido a expectativas relacionadas com o casamento, gravidez ou responsabilidades de cuidado; após o casamento e/ou a gravidez a escola deixa de ter lugar na vidas das raparigas. Em muitos casos, a interrupção da escolaridade limita significativamente as futuras oportunidades de emprego e reforça ciclos de pobreza.

A Roménia e Portugal enfatizam particularmente a necessidade de reforçar as políticas de retenção escolar, os programas de mentoria e a mediação educativa. A Grécia destaca a obrigatoriedade da frequência escolar e o papel de mediadores e mediadoras ciganos/as no sistema educativo, enquanto a Irlanda sublinha a importância de percursos educativos flexíveis e do apoio ao cuidado das crianças para jovens mães.

Importa salientar que todos os relatórios defendem a criação de condições que permitam às raparigas grávidas e às jovens mães permanecer ou regressar à educação.

O acesso aos cuidados de saúde e os direitos reprodutivos constituem outra importante área de intervenção política.

Os relatórios destacam barreiras significativas no acesso à educação para a saúde reprodutiva e aos cuidados de saúde entre raparigas e mulheres ciganas, particularmente no que diz respeito às aulas de preparação pré-natal. Portugal identifica dificuldades de comunicação com as/os profissionais de saúde. Na Grécia, Irlanda e Roménia, uma das principais razões apontadas foi o facto de muitas mulheres desconhecerem a existência destas aulas, por nunca terem sido informadas sobre as mesmas. Entre as mulheres ciganas a viver na Irlanda, a língua surge como uma importante barreira no acesso às aulas pré-natais.

## 4. Recomendações políticas

Os diferentes relatórios nacionais enfatizam de forma consistente que as intervenções sustentáveis exigem as seguintes estratégias:



O **empoderamento das raparigas e mulheres ciganas** está fortemente refletido nas recomendações políticas de todos os países. A Irlanda enfatiza fortemente a importância da voz das mulheres ciganas no desenvolvimento de políticas e na conceção dos serviços. Portugal destaca o papel das mediadoras ciganas e das mulheres reconhecidas e respeitadas no seio das comunidades. A Roménia sublinha o envolvimento de organizações ciganas, mediadoras e mulheres influenciadoras em campanhas de sensibilização. A Grécia destaca a necessidade de desenvolver programas orientados

para o empoderamento das raparigas ciganas e para a promoção de modelos positivos de referência.

Esta ênfase reflete uma mudança mais ampla de intervenções paternalistas para modelos de governação participativa e de empoderamento, entendidos como essenciais para o reforço da autonomia, da tomada de decisão informada e da inclusão social a longo prazo.

Todos os relatórios apontam igualmente fragilidades na **coordenação institucional**. A Roménia destaca particularmente a fragmentação dos serviços e a insuficiente cooperação entre escolas, sistemas de saúde e serviços sociais, apresentando também recomendações detalhadas relativas à criação de equipas multidisciplinares envolvendo escolas, serviços sociais, profissionais de saúde e organizações ciganas. De forma semelhante, Portugal defende a cooperação interinstitucional entre escolas, serviços de saúde e atores da intervenção social, enquanto a Grécia propõe abordagens políticas integradas que combinem legislação, educação, saúde e proteção social. A Irlanda, por sua vez, enfatiza abordagens integradas, multisetoriais e de base comunitária.

Os relatórios rejeitam de forma consistente abordagens punitivas ou exclusivamente baseadas na proibição. Em vez disso, defendem **intervenções assentes no diálogo e campanhas de sensibilização lideradas pelas comunidades**. Tal reflete o reconhecimento de que uma mudança social sustentável exige confiança, participação e apropriação local.

A partir dos diferentes relatórios, pode concluir-se que todas as políticas e intervenções locais devem assentar no reconhecimento da universalidade dos direitos humanos e dos direitos das crianças, promovendo simultaneamente o **diálogo entre diferentes grupos sociais e culturais**, bem como entre profissionais e comunidades ciganas. A Grécia menciona especificamente a necessidade de promover o diálogo com líderes comunitários e religiosos, com o objetivo de questionar práticas prejudiciais sem reforçar a estigmatização.

No que diz respeito à **prevenção**, os quatro países identificam a **educação** como uma estratégia central. A este nível, as principais prioridades incluem:

- Prevenir o abandono escolar, nomeadamente através da cooperação entre o sistema educativo, os serviços sociais, as autoridades locais e as organizações da sociedade civil;

- Expandir programas de mentoria;
- Proporcionar percursos educativos flexíveis para jovens mães;
- Investir em formação para a subsistência, competências profissionais e literacia financeira para raparigas adolescentes, de forma a oferecer alternativas ao casamento precoce;
- Formar professores/as em competências interculturais;
- Reforçar o papel dos mediadores ciganos;
- Desenvolver campanhas nacionais, conduzidas de forma não discriminatória e culturalmente adequada, promovendo o direito à educação, o direito das crianças ao lazer e o desenvolvimento das crianças através da educação.

A educação é consistentemente enquadrada não apenas como um fator de proteção, mas também como um caminho para a autonomia, a participação social e a independência económica.

Ainda numa perspetiva de prevenção, os relatórios defendem respostas no domínio da **saúde** que sejam acessíveis, culturalmente adequadas e de base comunitária.

As prioridades comuns incluem::

- Educação para a saúde sexual e reprodutiva, nomeadamente através do apoio a debates liderados pelas comunidades ciganas;
- Garantir o acesso a informação culturalmente sensível sobre saúde sexual e reprodutiva, idealmente disponibilizada por educadores/as pares ciganos/as devidamente formados/as;
- Serviços de cuidados pré-natais e maternos culturalmente sensíveis, prestados por profissionais que utilizem estratégias de comunicação inclusivas, de forma a construir relações de confiança entre as comunidades ciganas e as instituições de saúde;
- Unidades móveis de cuidados de saúde;
- Apoio na saúde mental;
- Prestação de cuidados de saúde confidenciais e não discriminatórios.

Tal como sublinha o relatório da Grécia, é crucial enfatizar que “as políticas destinadas à prevenção dos casamentos precoces e da maternidade precoce podem ser enriquecidas através de uma abordagem moderna de saúde pública que tenha em consideração o

papel da perigenética e da epigenética. As condições de vida antes, durante e após a gravidez — tais como pobreza, stress crónico, acesso limitado aos cuidados de saúde, educação e apoio social — afetam não apenas a saúde atual da mãe e da criança, mas também as futuras oportunidades de desenvolvimento.

Por esta razão, são propostas intervenções direcionadas para apoiar jovens mulheres e famílias ciganas, com especial enfoque nos cuidados pré-natais, na saúde mental, na educação parental e na criação de ambientes estáveis e seguros que promovam a mobilidade social intergeracional e a igualdade de oportunidades.”

Os quatro relatórios recomendam **formação especializada para profissionais que trabalham com comunidades ciganas**. As áreas prioritárias incluem: direitos das crianças; igualdade de género; combate à discriminação; comunicação intercultural; identificação precoce de situações de risco; procedimentos de encaminhamento; saúde reprodutiva; envolvimento comunitário.

A formação de profissionais é entendida como necessária para melhorar as respostas institucionais e reduzir práticas discriminatórias.

Por fim, as lacunas ao nível da **informação** como um desafio significativo nos quatro países. Os relatórios sublinham a falta de dados sistemáticos, desagregados e não estigmatizantes sobre casamento precoce, uniões informais e gravidez na adolescência. Em alguns países, é igualmente importante recolher dados sobre as taxas de abandono escolar.

A Roménia e Portugal atribuem grande importância aos sistemas nacionais de monitorização e à formulação de políticas baseadas em evidência. A Grécia recomenda sistemas de alerta precoce que envolvam escolas, serviços de saúde e serviços sociais. A Irlanda defende práticas de recolha de dados éticas e não estigmatizantes.

A melhoria da recolha de dados é considerada essencial para:

- Compreender tendências;
- Identificar áreas de elevado risco;
- Monitorizar a eficácia das políticas;
- Alocar recursos;
- Conceber intervenções direcionadas.

## 5. Conclusões

A análise comparativa dos relatórios nacionais da Grécia, Irlanda, Roménia e Portugal demonstra que o casamento precoce e a maternidade precoce nas comunidades ciganas são fenómenos sociais multidimensionais enraizados em desigualdades estruturais e exclusão social.

Embora existam enquadramentos legais relativos ao casamento infantil nos quatro países, a legislação, por si só, é insuficiente para enfrentar o problema. A prevenção sustentável exige abordagens integradas, participativas e baseadas nos direitos humanos, capazes de responder aos determinantes sociais mais amplos que afetam as raparigas e jovens mulheres ciganas.

Uma mensagem particularmente importante partilhada pelos relatórios é a necessidade de evitar interpretações estigmatizantes ou culturalmente redutoras. O casamento precoce e a maternidade precoce devem ser compreendidos em contextos mais amplos de pobreza, exclusão, discriminação e oportunidades limitadas.

Os relatórios demonstram igualmente a importância de envolver diretamente as comunidades ciganas na conceção e implementação de soluções. As experiências de vida, a liderança e a participação das mulheres ciganas são centrais para o desenvolvimento de intervenções eficazes e sustentáveis.

Por fim, a síntese destaca que um progresso significativo exige compromisso político de longo prazo, investimento público sustentado e forte cooperação entre governos, serviços públicos, organizações da sociedade civil e as próprias comunidades ciganas.

Só através de abordagens coordenadas e inclusivas será possível quebrar ciclos de exclusão e ampliar as oportunidades para raparigas e jovens mulheres ciganas em toda a Europa.

## Bibliografia

CESIS et al. (2025). *Comparative Report: Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities*. “Roma Influencers – Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities” project, Erasmus+ Program.

CESIS – Center for Social Intervention Studies & Sastipen Association – Roma Center for Health Policy (2025), *National Report on Early Marriage and Early Motherhood in Roma Communities – Romania*, “Roma Influencers – Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities” project, Erasmus+ Program.

CESIS – Center for Social Intervention Studies & Cairde (2025). *National Report: Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities – Ireland*, Roma Influencers – Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities” project, Erasmus+ Program.

CESIS & CooperActiva (2025). *National Report: Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities – Portugal*, Roma Influencers – Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities” project, Erasmus+ Program.

CESIS & Klimaka (2025). *National Report: Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities – Greece*, Roma Influencers – Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood in Roma Communities” project, Erasmus+ Program.